

Excelentíssimo Advogado-Geral da União, Ministro Antônio Dias Toffoli, na pessoa de quem cumprimento as demais autoridades presentes nesta solenidade,

Senhores e Senhoras,

Colegas Advogados da União, Procuradores da Fazenda Nacional e Procuradores Federais,

Inicialmente, quero externar meu agradecimento ao Ministro Toffoli pela confiança em mim depositada ao me convidar para o cargo de Secretário-Geral de Consultoria e ao Excelentíssimo Presidente da República por ter me atribuído o encargo de substituto do Advogado-Geral da União.

Quando aceitei o convite do Ministro Toffoli tinha claro algumas questões que norteariam minha contribuição nos debates com os demais membros de sua equipe.

Em primeiro lugar, tenho a convicção de que o Brasil avançou muito nos últimos dez anos. Temos o controle da inflação, a queda dos juros e do índice do risco país, nunca visto em nível tão baixo na história do Brasil. E mais importante, temos a queda do número de pessoas na linha de pobreza e do desemprego, assim como temos a melhora da distribuição da renda. As pesquisas do IBGE e do IPEA, assim como do próprio mercado, não nos deixam mentir a respeito.

A melhora das condições de vida do povo brasileiro é uma realidade para todos nós.

Entretanto, ainda assim não podemos negar que há milhares de pessoas que ainda precisam do amparo do Estado para viver com o mínimo de dignidade. Ainda há o racismo na nossa sociedade, bastando para tanto ver a diferença salarial entre negros e brancos; ainda há os ribeirinhos da minha querida Amazônia sujeitos à falta de educação e saúde de qualidade e de orientação jurídica sobre seus direitos básicos, dentre eles o do direito ao meio ambiente auto-sustentável; ainda há aqueles que sequer têm um teto para ficar debaixo, ou um pedaço de terra para produzir seu próprio sustento. Também não podemos esquecer dos nossos irmãos nordestinos que, muitas vezes, não batalham apenas pela comida do dia, mas também pela água potável tão farta em outros locais do país.

É nesse sentido que entendo que, no Estado Brasileiro, o Direito só tem sentido de ser se for para servir de instrumento de superação dos referidos problemas. No Estado brasileiro, o Direito não é um fim em si mesmo e sim o instrumento para a concretização da dignidade da pessoa humana. Isto é, é mero instrumento de realização do bem, de modificação da realidade e de construção da sociedade livre, justa e solidária que nossa Constituição tanto almeja.

Da mesma forma vejo a Advocacia-Geral da União. Esta é mero instrumento de realização do bem maior do povo brasileiro, que é a realização de sua dignidade humana. A Advocacia-Geral da União, assim como o Direito, é instrumento de implementação e concretização de políticas públicas, de controle da moralidade e transparência dos atos governamentais. Enfim, é um instrumento de superação das desigualdades sociais.

Assim como o direito, a AGU não é um fim em si mesma. No Estado Brasileiro lhe foi entregue a Função Essencial à Justiça para justamente perseguir a concretização da dignidade da pessoa humana. Este é o seu fim: o bem estar do povo brasileiro.

Para tanto, deve receber os recursos materiais e humanos necessários e suficientes para o cumprimento de seus deveres constitucionais. Suas carreiras devem ser valorizadas e respeitadas enquanto profissionais responsáveis pela vida de milhares de brasileiros. Sim, por milhares de vidas de brasileiros, pois cada processo que analisamos nos órgãos da AGU não se resumem em folhas de papel, mas sim refletem aflições, esperanças e desejos dos cidadãos brasileiros que integram a relação processual, judicial ou administrativa.

Concluindo, quero dizer que tenho a exata noção da importância da função constitucional da AGU, que é a de ajudar o Brasil a garantir a cada brasileiro o exercício do seu direito básico, isto é, o de viver bem e com dignidade.

Portanto, tenham a certeza de que não hesitarei em ajudar o Ministro Antônio Dias Toffoli a concretizar tudo aquilo que for bom para a Advocacia-Geral da União, para suas carreiras e para o povo brasileiro.

Assim como o Direito e a Advocacia-Geral da União, coloco-me, humildemente, como simples instrumento de vocalização e realização dos anseios do povo brasileiro. Para tanto, conto com o apoio de todos os colegas das carreiras e servidores da Advocacia-Geral da União, assim como com os demais parceiros do Poder Executivo, do Poder Legislativo, do Poder

Judiciário, do Ministério Público, do Tribunal de Contas da União e das organizações sociais em geral.

Um grande abraço a todos e meus agradecimentos pela atenção.

Evandro Costa Gama